

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo realizar pesquisa no âmbito da Ciência Política, direcionado ao enfrentamento do estado com as rupturas ocorridas em função de sua evolução histórica, econômica e social e as implicações em sua hegemonia. O método utilizado foi o indutivo e as técnicas de pesquisa empregadas foram a do fichamento, categorias e conceitos operacionais.

Primeiramente, tratou-se de apresentar alguns entendimentos de elementos da Ciência Política e sua influência evolutiva na organização e governabilidade estatal, em função do desenvolvimento político e econômico do Estado. Em seguida, passou-se a tratar dos questionamentos da soberania do Estado em razão da perda do controle estatal sobre suas fronteiras, e a necessidade de criação de um órgão supranacional, que possa atender às necessidades supranacionais já evidentes.

Dando sequência, buscou-se observar a influência da globalização e os aspectos da mobilidade social, como também a verificação de uma transnacionalização econômica como consequência da globalização. Ao final, apresentaram-se alguns aspectos da pós-modernidade e das mudanças trazidas no contexto mundial, como a redução do poder do Estado e a perspectiva da transnacionalidade, envolvendo o que é comum a vários países com um objetivo de bem estar da sociedade contemporânea e futura.

1. O ESTADO E ALGUNS ELEMENTOS DE CIÊNCIA POLÍTICA

Não se entende possível isolar o Estado da análise e desenvolvimento da Ciência Política, já que sua organização política e jurídica seriam fontes da pesquisa dessa ciência, não se embasando somente nas relações entre os cidadãos e a formação e desenvolvimento da Sociedade, mas, sim, no predomínio do Estado sobre seus representados para poder, empossado do poder político a ele inerente, ser capaz de propor e exigir a observância de normas e adotar medidas de resolução de conflitos existentes na Sociedade. Além de tais investidas, propor políticas públicas para atender as diversas demandas sociais de seu povo. De tal forma, nos ensina Paulo Márcio Cruz (2003, p.50) que:

A Ciência Política podia esquecer o Estado para se aprofundar na análise do sistema político, no estudo comparado e das relações internacionais, numa atividade que, conforme ainda leciona Fernandes, é entendida como observação, análise e explicação dos fenômenos políticos, não se limitando ao estudo do Estado e das suas relações com os grupos humanos, pois estuda também todas as forças internas que lutam pela aquisição e exercício do Poder ou que procuram influenciá-lo para a satisfação de seus interesses, e as forças internacionais que influenciam ou tentam influenciar o comportamento do conjunto dos órgãos que, numa Sociedade, têm capacidade para obrigar os outros a adotarem certo comportamento.

A crise atual pela qual a Europa está passando, é muito mais que econômica, mas também de identidade social. Mesmo na busca da solução para a imigração asiática e africana, pauta do dia dos governantes de alguns Estados europeus que estão recebendo essas pessoas refugiadas, a constatação de violação de direitos fundamentais e o próprio xenofobismo existente no continente europeu, são motivos de preocupação internacional, pois as questões envolvidas vão além da recepção e abastecimento para as necessidades básicas dessas pessoas. É necessário tratar de resoluções de convívio social e proposição de normas para regulamentar essas imigrações que afetam a rotina do cidadão europeu.

Para Paulo Márcio Cruz (2003, p. 53) o desenvolvimento político da Europa é uma jornada cheia de entraves, desde fortes ligações com o passado que atrapalham a superação de nacionalismos estatais, até ambientes econômicos interdependentes porém pulverizados e com interesses contraditórios, passando por instabilidades sociais e embates étnicos que enfraquecem a projeção de uma identidade européia.

As mudanças ocorridas, após a unificação europeia, primeiramente com objetivos econômicos, buscando estabelecer uma moeda forte e fortalecendo a economia interna, demonstrou o desequilíbrio entre os países da Comunidade Europeia, com políticas econômicas internas mal estruturadas, levando a crises que estão afetando seu nacionalismo e questionamento sobre a manutenção da vinculação de alguns Estados a esta Comunidade.

Cada país possui problemas políticos, sociais e econômicos diferentes, além da falta de homogeneidade cultural entre países, o que dificulta tal unificação para fortalecimento da Comunidade. A falta de isonomia entre os Estados comunitários demonstra a cautela necessária a ser utilizada pelos gerenciadores da Comunidade Europeia para sua manutenção e integração dos povos. A respeito peculiaridade do entendimento da supranacionalidade da Comunidade Europeia, nos ensina Gilberto Bercovici (2006, P. 343) que:

A recente rejeição popular da chamada “Constituição Europeia” em alguns países, como a França e a Holanda, traz à tona novamente o debate sobre as possibilidades da democracia e da manifestação de poder constituinte do povo para além da esfera estatal. Portanto, o próprio processo de integração supranacional que corre na Europa ainda não permite, de certa forma, afirmar a superação da estatalidade. O que se pode afirmar, sim, é que é um processo de integração pautado pelos mercados, o que torna ainda mais crucial buscar compreender o Estado.

A Sociedade Brasileira também, em crise política e econômica, pelos infundáveis processos de investigação sobre corrupção política, ganhou novos ares quando descobriu sua capacidade de organização e manifestação, para usar sua força política de sociedade organizada na tentativa de influenciar, nas decisões urgentes e necessárias para a consolidação de ações políticas que possam garantir seus direitos fundamentais e reestabelecer uma ordem política

menos fraudulento aos interesses da sociedade. Trata-se de uma fase inicial de mudança democrática para questionar os modelos tradicionais de representação política e de administração pública, que não satisfazem mais a população e não respondem pelas suas necessidades sociais. Para Paulo Márcio Cruz (2003, p. 55):

Com o processo incontestável, mesmo que lento e gradual, de desenvolvimento global da Sociedade brasileira, a Ciência Política nacional também ganha suas “especificidades”, representadas pela crise do Estado burocrático, do presidencialismo copiado do modelo norte-americano, a estabilização econômica a qualquer custo, os conflitos sociais no campo e nas cidades e a falência progressiva do atual modelo político.

A nação soberana e livre ansiada por Sieyès¹ torna-se uma proposta para o desenvolvimento da cidadania e para garantia de seus direitos fundamentais, buscando na Constituição, o alicerce para assegurar os direitos alcançados pelo homem no desenvolvimento da Sociedade. A representatividade democrática como forma de demonstração de organização para delegar a um ou mais representantes seus interesses e vontades, reforçando a igualdade para escolha desses representantes para todos e não somente para alguns, reforçando a importância da liberdade de escolha e legitimando sua autoridade política.

Com as mudanças dos valores sociais e o surgimento do Liberalismo, o indivíduo ganha força assim como suas conquistas como o direito à propriedade privada, a livre iniciativa como forma do progresso e desenvolvimento para a si e para a comunidade, liberdade para agir e comercializar seu produto e sua força de trabalho e igualdade perante os demais cidadãos. Essa força obtida com a conquista da liberdade e igual, reduziu o poder político do Estado frente à Sociedade em relação ao modelo conhecido anteriormente. De todo modo, o Estado manteve o domínio e poder político a ele investido, mesmo sendo agora representante de uma classe que legitimaria tal poder.

O Liberalismo obteve força social gradualmente na medida em que as localidades mais desenvolvidas da Europa Ocidental e suas colônias voltaram suas táticas econômicas em direção à economia de mercado e a perceber a necessidade de uma nova visão do mundo para substituir a tradicional e não apresentasse obstáculos à nova realidade socioeconômica em

¹ O abade Emmanuel Joseph Sieyès (1748-1836), então um simples padre da periferia de Paris, Chartres, em 1789 será eleito deputado pelo Terceiro Estado[7] pelos parisienses, e a partir de sua famosa obra e atuação como parlamentar desempenhará um papel decisivo em junho de 1789, na transformação dos Estados Gerais em Assembléia Nacional e na resistência ao Rei absolutista. A atual doutrina do Direito Constitucional enfatiza que é do vigário de Chartres a teoria do Poder Constituinte, que até hoje preside os processos de constitucionalizações democráticas, expresso na sua obra *Qu'est-ce que le tiers état?* ou *A Constituinte Burguesa* em sua versão em português. GARCIA, Marcos Leite. **As origens do Poder Constituinte na Revolução Francesa: dos Estados Gerais ao estabelecimento da Assembléia Nacional Constituinte em 1789**. In: *Âmbito Jurídico*. v. 10/08, p. 1-15, 2008.

desenvolvimento (CRUZ, 2003, p. 92). O liberalismo clássico surgiu com base no que pensavam os capitalistas sobre a natureza do homem e seus anseios de liberdade com relação às limitações econômicas, bem como a filosofia do individualismo. O crescimento do pensamento de individualidade e crescimento econômico permitiu a passagem do Liberalismo Político para o Liberalismo Econômico.

O crescimento econômico atingiu a toda população de um Estado, mas não de maneira igualitária. Apenas uma pequena parcela da população, dos países que optaram pelo liberalismo econômico, aumentaram seu poder aquisitivo e garantiram melhoria na qualidade de vida, enquanto que uma grande parcela, não alcançou tal avanço. Além disso, aumentaram as discrepâncias econômicas fazendo crescer as populações que vivem na miséria e sem condições de se auto sustentar, interferindo dessa forma na garantia de igualdade tão difundida pela renovação política e econômica das últimas décadas. Sobre o pensamento neoliberal, nos ensina Paulo Marcio Cruz (2003, p. 92), que:

O pensamento neoliberal é econômico, mas também propõe um sistema político que, de modo paradoxal, nega o político, sustentando que as condicionantes econômicas internacionais de-terminam o caminho a seguir, independente da orientação política governante, com a retirada progressiva do Estado das funções de Bem-Estar, excessivamente expandido e ineficiente, levando-o para uma posição de não-intervenção relativa, já que o Neoliberalismo, diferente do Liberalismo, admite fazer algumas concessões às pro-postas de providência.

Alguns problemas associados à globalização como a injustiça social e a degradação ecológica, existem porque o capitalismo, independente de sua amplitude, é movido pela concorrência, pela maximização dos lucros e pela acumulação. Mesmo desconhecendo a origem do capital, pois hoje ele pode estar concentrado em qualquer ponto do planeta, pois ele está além das fronteiras nacionais, o Estado nação está afastando-se cada vez mais de seu poder de dominação político sobre o comércio internacional, permitindo que o poder econômico estabeleça suas próprias regras e atravesse as fronteiras territoriais sem problemas jurídico-políticos de maior magnitude.

2. O ESTADO E AS FRONTEIRAS GEOGRÁFICAS

A globalização, enquanto fenômeno econômico, interferiu diretamente nas questões de ordem política, social e cultural, a partir do momento em que invadiu fronteiras, modificando os costumes regionais e expandindo novas tecnologias, reduzindo, dessa forma, o controle estatal sobre suas fronteiras, perdendo parte de sua identidade, em função das grandes

influências sofridas por instituições multinacionais. Corroborando com esse enfraquecimento do Estado, nos elucida Jürgen Habermas (2008, p. 181):

O Estado nacional defendeu seus limites territoriais e sociais de forma inteiramente neurótica. Hoje esse Estado se vê desafiado por tendências globais que transcendem as fronteiras dos Estados nacionais e que há muito tempo tem escapado dos controles que o Estado nacional poderia exercer. Esses contatos físicos, sociais ou simbólicos, que tem por sistema de referência o mundo todo, se estabelecem através de conexões aceleradas no tempo e que cobrem imensos espaços, e sobretudo, através dos meios eletrônicos de comunicação. Estas comunicações discorrem através das línguas naturais ou através de códigos especiais como, por exemplo, o dinheiro.

O processo de integração entre os Estados faz-se necessário para propor uma alternativa supranacional que possa, observando a vontade política dos Estados e mútuos consentimentos, apresentar um ideal comum com uma finalidade mais ampla para o desenvolvimento integrado, não somente com características econômicas, mas ainda sociais, culturais e ambientais. Nos alerta, assim Jürgen Habermas (2008, p. 183) que “A falta de instâncias com capacidade supranacional de atuar, que pudessem operar sobre o sistema global conforme critérios de uma política “interior” mundial coordenada, se faz sentir também na própria casa.”

O conceito de soberania como um exercício da autoridade ilimitada sem estar subordinado a outro superior, realizando suas atividades de governo por meio seus órgãos constitucionais representativos, vem sendo questionada pela necessidade da criação de uma forma de soberania partilhada, participativa, através da supranacionalidade, para a possibilidade de desenvolvimento de uma governança multinível. Para tanto, adverte Jürgen Habermas (2001, p. 69):

As funções do Estado Social evidentemente só poderão continuar a ser preenchidas no mesmo nível de até agora se passarem do Estado nacional para organismos políticos que assumam de algum modo uma economia transnacionalizada. [...] Daí a atenção voltar-se sobretudo para a construção de instituições supranacionais. Isso explica as alianças econômicas continentais como o NAFTA ou a APEC, que permitem realizar entre os governos acordo que estabelecem obrigações, ainda que dotadas de sanções brandas. Os ganhos da cooperação são maiores em projetos mais ambiciosos como a União Europeia.

Desde 1989, com a queda do muro de Berlim, deixa de existir um sistema de poder internacional, centralizado em duas grandes potências. Com isto, houve uma mudança radical no cenário mundial, proporcionando a discussão sobre o poder exercido pelos Estados soberanos.

Para Eric Hobsbawn (2007, p. 29), uma única superpotência não pode compensar a insuficiência de autoridades globais, especialmente dada a falta de convenções – relativas, por exemplo, ao desarmamento ou ao controle de armamentos -, com força necessária para serem

espontaneamente recebidas como obrigatórias pelos países principais. Existem alguns exemplos de autoridade desse tipo, como as Nações Unidas, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, e certos tribunais internacionais. Mas nenhum desses órgãos tem algum poder eficaz para além daquele que lhe é aferido espontaneamente pelos Estados, ou por pactos e convenções entre eles, ou graças ao apoio de países poderosos. Por mais que pareça lastimosa, essa situação não deve ser revertida brevemente, em perspectivas futuras para o que temos hoje em desenvolvimento nesse plano.

Torna-se necessário a busca na criação de métodos de solução regulares para estabelecer normas coercitivas às personalidades internacionais, através de um órgão que consiga impor a obrigatoriedade do cumprimento de normas pacificadoras e de preocupação como bens comuns, como é o caso do meio ambiente. Para Eric Hobsbawn (2007, p. 33):

A ausência de um intermediário internacional considerado genuinamente neutro e capaz de agir sem autorização prévia do Conselho de Segurança (da ONU – inclusão nossa) constitui a carência mais óbvia do sistema solução de controvérsias.

Tem-se como motivador para a criação de um órgão supranacional que detenham o poder legítimo de supervisionar e exigir a obediência de normas supranacionais, a premente preocupação com o bem estar do homem e de sua convivência pacífica, para garantir o desenvolvimento da humanidade centrada em uma consciência coletiva, objetivando um futuro de paz e harmonia entre os homens, independente de suas origens e culturas.

3. A INFLUÊNCIA DA GLOBALIZAÇÃO

A informação e sua rápida disseminação, assim como o aumento da circulação de pessoas pelo planeta, conhecendo novos países, suas culturas, idiomas e técnicas, possibilitam a maior interação entre os povos e permitem a troca de conhecimentos empíricos e técnicos que podem facilitar a moldura de uma globalização voltada também para o aspecto social, quando observadas as desigualdades existentes entre os povos e a necessidade de integração e crescimento mútuo das civilizações contemporâneas. Para Zygmunt Bauman (1999. p. 19)

As distâncias já não importam, ao passo que a ideia de uma fronteira geográfica é cada vez mais difícil de sustentar no “mundo real”. Parece claro de repente que as divisões do continente e do globo como um todo foram função das distâncias, outrora impositivamente reais devido aos transportes primitivos e às dificuldades de viagem. [...] a distância” é um produto social; sua extensão varia dependendo da velocidade

com a qual pode ser vencida (e, numa economia monetária, do custo envolvido na produção dessa velocidade).

O transporte da informação como o tipo de comunicação que não exige necessariamente a mobilidade de pessoas permitiu o acesso às informações que antes eram desconhecidas em determinadas localidades do planeta. A velocidade com que o movimento da informação age atingindo um número cada vez maior de interlocutores, permite que a informação se torne imediatamente disponível em todo o planeta, possibilitando a interação e participação mais ativa de diversos grupos e indivíduos nas diversas discussões sobre o desenvolvimento mundial e suas consequências. Como destaca Zygmunt Bauman (1999, p. 20)

Com o tempo de comunicação implodindo e encolhendo para a insignificância do instante, o espaço e os delimitadores do espaço deixam de importar, pelo menos para aqueles cujas ações podem se mover na velocidade da mensagem eletrônica.

Os atores desse novo tempo real somos todos nós, construindo a história que está modificando gerações. A técnica hoje produzida em escala mundial é capaz de realizar transformações em nosso cotidiano, mudando nosso estilo de vida, através das escolhas de nosso consumo e motivos que nos levem a mudar o estilo de vida. Mas, todas essas mudanças tem um preço e consequências que não conseguimos ainda dimensionar a longo prazo, já que as técnicas evoluem velozmente e o consumo tenta acompanhar essa velocidade porém, a busca pelo conhecimento e disseminação deste não ocorrem de forma tão rápida e eficaz para poder levar às pessoas uma visão crítica do que está acontecendo a nossa volta e de que forma interfere efetivamente em nossas vidas e em nosso convívio coletivo.

Torna-se necessário criar-se um amplo espaço de discussão sobre a influência da globalização nos diversos e divergentes cotidianos dos países na tentativa de realizar uma conscientização sobre uma globalização mais horizontal, para que a técnica e conhecimento possam atingir a todos, sem que sejam criadas mais discrepâncias dos que as já existentes. Para Milton Santos (2015, p. 20), é possível pensar em uma globalização mais humana, como preceitua:

Todavia, podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana. As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. É nessas bases técnicas que o grande capital se apoia para construir a globalização perversa [...]. Mas, essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas a serviço de outros fundamentos sociais e políticos. Parece que as condições históricas do fim do século XX apontam para esta última possibilidade. Tais novas condições tanto se dão no plano empírico quanto no plano teórico.

O que vemos hoje nas grandes transformações de comportamento social é a busca pelo hedonismo e pelo imediatismo, proporcionado, em grande escala, também, pelas redes sociais e internet de um modo geral. Há uma busca incessante por expor sua própria vida, anseios e críticas sem se preocupar sua privacidade. Há mais prazer em utilizar um equipamento acessado à rede internet do que estar em família e realizar coisas em conjunto com outras pessoas.

A perda da identidade e da ideologia do homem é algo que poderá ser questionado futuramente em detrimento de uma vida calcada apenas na exibição e estética constantemente exigida pela sociedade, ao invés de seus verdadeiros valores pessoais como a dignidade e a preservação de seu espaço na sociedade como cidadão, numa sociedade que hoje estipula que o ter é mais importante que o ser.

Na esfera da sociedade, têm-se no utilitarismo uma regra de vida através da intensificação do consumo, dos narcisismos, da instantaneidade, do egoísmo, da abdicação da solidariedade, com a implantação feroz de uma ética pragmática egocêntrica. É dessa forma que a sociedade e os indivíduos aceitam dar adeus ao ser generoso e solidário, com enaltecimento do reino do cálculo econômico e da concorrência e rivalidade. (2015, p. 54)

A observação sobre a predominância do poder econômico nos ajustes governamentais, em detrimento dos interesses sociais é uma discussão antiga, mas não ultrapassada. A globalização trouxe apenas o “afinamento” do discurso para ampliar a perspectiva de maior obtenção de ganho, atingindo um espaço territorial mais abrangente. A expansão de certas tecnologias e produtos para uma grande parte do planeta, permitiu que grandes empresas pudessem atingir uma grande parcela de países, formando conglomerados internacionais e concentrando riquezas.

Os grandes blocos político-econômicos (como a Comunidade Europeia e a proposta do novo Tratado de Livre Comércio Trans-Pacífico (TPP)) ampliam a possibilidade de regulamentação e facilitação de comércio entre grupos fechados, estabelecendo novas regras de mercado e, conseqüentemente, novas condutas pela manutenção da riqueza e prioridade da utilização de avanços tecnológicos para esses grupos. Os países mais pobres e com menos recursos e poder político, acabam ficando apartados desse processo de evolução e integração, o que afeta sua população e seu desenvolvimento para a competitividade internacional. Como assevera Milton Santos (2015, p. 68-69) sobre o discurso da globalização:

“Todavia, mediante o discurso oficial, tais empresas são apresentadas como salvadoras dos lugares e são apontadas como credoras de reconhecimento pelos seus aportes de emprego e modernidade. Daí a crença de sua indispensabilidade, fator da presente guerra entre lugares e, em muitos casos, de sua atitude de chantagem distante do poder público, ameaçando ir embora quando são atendidas em seus reclamos. Assim, o poder público passa a ser subordinado, compelido, arrastado. À medida que se impõe

esse nexo das grandes empresas, instala-se a semente da ingovernabilidade, já fortemente implantada no Brasil, ainda que sua dimensão não tenha sido adequadamente avaliada. À medida que os institutos encarregados de cuidar do interesse geral são enfreqüecidos, com o abandono da noção e da prática da solidariedade, estamos, pelo menos a médio prazo, produzindo as condições da fragmentação e da desordem, claramente visíveis no país, por meio do comportamento dos territórios, isto é, da crise praticamente geral dos estados e dos municípios.

Mesmo havendo uma transnacionalização econômica e, em alguns aspectos até normativa, como é o caso da Organização Mundial do Comércio – OMC, que estabelece regras para o comércio mundial em não sendo cumpridas, traz duras sanções à empresa que as desrespeita, existe ainda, uma forte vinculação das empresas às normas internas dos países às quais estão estabelecidas. Ainda assim, existem países, como o Brasil, que concedem subsídios para a fixação de empresas estrangeiras, com o intuito de desenvolver a região na qual a empresa pretende se instalar. Além da geração de empregos locais, há a possibilidade de aumento de circulação de mercadorias e tributos, que trazem benefícios à região, mas trazem consigo também, técnicas e normas para instalação que fazem com que o governo tenha que fazer ainda mais concessões.

A superação das barreiras territoriais e os avanços da economia exigem também uma amplitude de rigores para a que esses benefícios possam ser alcançados também pela sociedade ali estabelecida, com a melhoria de sua qualidade de vida não só com o oferecimento de empregos mas, de apoios à educação e saúde, permitindo um crescimento não só econômico da região mas também de bem estar social. Volta-se ao questionamento sobre a soberania e a supranacionalidade do Estados sob o impacto da globalização (SANTOS, 2015, p. 77):

Sem dúvida, a noção de soberania teve de ser revista, em face dos sistemas transgressores de âmbito planetário, cujo exercício violento acentua a porosidade das fronteiras. Estes são, sobretudo, a informação e a finança, cuja fluidez se multiplica graças às maravilhas da técnica contemporânea. Mas é um equívoco pensar que a informação e a finança exercem sempre sua força sem encontrar contrapartida interna. Esta depende de uma vontade de política interior, capaz de evitar que a influência dos ditos fatores seja absoluta.[...] nem as empresas transnacionais, nem as instituições supranacionais dispõem de força normativa para impor, sozinhas, dentro de cada território, sua vontade política ou econômica.

A união das nações é parte importante da sustentação do Estado, pois está imbricada no fortalecimento de sua cultura, suas crenças e preservação de sua história, assim como de sua sobrevivência. A cultura das massas não consegue ser interrompida de imediato e drasticamente, pois se trata de um movimento histórico, cotidiano e com fortes laços com a história do seu Estado. Torna-se, assim, motivo de orgulho de seu povo e pelo qual se propõem a defender seu País.

A globalização permitiu que diversas culturas se conhecessem e, assim, se avizinhassem, trocando conhecimento e experiências, abrindo a porta para o lado desconhecido de uma nova possibilidade de vida, o que fez, muitos povos perceberem que estavam vivendo num estado de pobreza e indiferença por parte de seus governantes. Essa percepção fez gerar crises políticas e guerras internas com o clamor por mais igualdade e justiça para seu povo.

As crises nos países de domínio ditatoriais ainda subsistem fortemente e expandem essa crise para fora de seus domínios com a fuga de refugiados para países melhor estruturados e a interferência de outros países com a proposta oficial de expulsão de governos e garantia de paz aos povos, escondidos em outros interesses econômicos. A aproximação dos povos e o conhecimento gera a perspectiva de possibilidade de uma nova vida, com mais igualdade e liberdade, motivo de busca incessante do homem contemporâneo.

Utilizando a necessidade de organização como parâmetro para o crescimento de desenvolvimento de um Estado, submete-se tal organização a um complexo normativo que direcionar a conduta e solucionar eventuais conflitos, tornando a convivência mais pacífica dessa organização estabelecida nesse Estado. Tal ordenamento serve tanto para as questões políticas e de civilidade quanto para as questões econômicas.

De todo modo, mesmo com composições normativas claras e de proteção ao bem público e ao bem estar social, as regras, de sobrevivência acabam permitindo que aqueles detentores de maior poder econômico e também político, possam se sobrepor e alcançar seus objetivos, esquivando-se da preocupação com o bem estar da sociedade, estabelecendo critérios de utilização de espaços políticos e sociais que lhe sejam mais favoráveis, ignorando o aspecto de observância da conservação do bem maior, do bem público ou da preservação das necessidades primordiais para a sociedade. Estabelece-se assim, a interferência do poderio econômico na vida da sociedade. Como tal, é necessário pensar na importância do bem comum meio ambiente, como forma de preservação da vida do homem na Terra. De tal forma, Milton Santos (2015, p. 172) assevera a respeito da falsa tentativa de preservação ambiental, afirmando:

Pensamos ousadamente as soluções mais fantasiosas e em seguida buscamos instrumentos adequados à sua realização. Na era da ecologia triunfante, é o homem quem fabrica a natureza, ou lhe atribui valor e sentido, por meio de suas ações já realizadas, em curso ou meramente imaginadas. Por isso, tudo o que existe constitui uma perspectiva de valor. Todos os lugares fazem parte da história. As pretensões e a cobiça povoam e valorizam territórios desertos.

Os recursos naturais hoje são vistos como produtos que podem ser explorados facilmente e comercializados rapidamente, com retorno imediato, graças à imensidão de

recursos existentes no planeta. A proliferação da ideia de que esses recursos seriam inesgotáveis está trazendo ao planeta e conseqüentemente ao seu habitante mais desenvolvido, ao homem, transtornos de ordem ambiental com resoluções que necessitam cada vez mais de investimentos científicos e tecnológicos para serem contidos. O problema da falta de água em alguns locais e de desastres naturais causados pelo excesso de chuvas em outros, mostra o desequilíbrio ecológico causado pelos excessos do homem e de sua incompetência em conseguir solucioná-los.

A menos que sejam tomadas medidas drásticas e de proporções mundiais, esses fenômenos, cada vez mais frequentes, irão crescer ainda mais e causarão grandes desastres e transtornos à vida de várias pessoas e diversas partes do planeta. Somente uma séria discussão em nível mundial com a participação de países de todo o mundo poderão iniciar um processo de conscientização e de prevenção para poder inibir os males causados pela exploração exagerada do homem aos recursos naturais do planeta em busca de mais riquezas.

4. A PÓS-MODERNIDADE E A MODERNIDADE

A pós-modernidade é um conceito da sociologia histórica que designa a condição sócio-cultural e estética prevalente no capitalismo após a queda do Muro de Berlim (1989), o colapso da União Soviética e a crise das ideologias nas sociedades ocidentais no final do século XX, com a dissolução da referência à razão como uma garantia de possibilidade de compreensão do mundo através de esquemas totalizantes.

Em *A Condição Pós-Moderna*, François Lyotard caracteriza a pós-modernidade como uma decorrência da morte das "grandes narrativas" totalizantes, fundadas na crença no progresso e nos ideais iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade. Em sua obra, *O Pós-moderno*, inicia esclarecendo:

Este estudo tem por objeto a posição do saber nas sociedades mais desenvolvidas. Decidiu-se chama-la de "pós-moderna". A palavra é usada, no continente americano, por sociólogos e críticos. Designa o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX. (LYOTARD, 1986, p. 123)

Para Lyotard, a pós-modernidade recusa de narrativas longas sobre as coisas (teorias complexas) e percebe a ciência como verdade absoluta, o que não é, pois não existe verdade absoluta mesmo para a ciência, em função de sua constante evolução.

O advento da pós-modernidade trouxe algumas mudanças no contexto mundial como o aumento na circulação de mercadorias, de pessoas, de informação e o avanço da tecnologia. Para Zygmunt Bauman (1999, p. 145) a consciência pós-moderna nos traz alguns pontos de reflexão sobre a ruptura com a modernidade, como a consciência do fracasso da modernidade nas utopias que ela construiu. Chama este fracasso de despertar maldito de um sonho colorido. Cria-se, então, um momento de esperança com a perspectiva diante da vida e o habitat pós-moderno. O homem pós-moderno não acredita em nada, não enxerga nada além do vazio.

Na comparação entre a modernidade e a pós-modernidade, tínhamos na modernidade um Estado organizado, produtor de justiça no mundo, garantidor da qualidade de vida das pessoas e controlador do capitalismo civilizado (o capital é capaz de produzir riquezas e esta será para todos). Já, na pós-modernidade, o Estado tem seu poder cada vez mais reduzido (quanto maior for mais poderá intervir na vida do indivíduo) e é comparado a uma empresa ineficiente, abrindo a oportunidade para a iniciativa privada, para suprir as atividades que o Estado não alcança mais.

Para Boaventura de Sousa Santos (2013, p. 31; 34)

(...) nos últimos dez anos assistimos a uma dramática intensificação das práticas transnacionais, da internacionalização da economia à translocalização maciça de pessoas como migrantes ou turistas, das redes planetárias de informação e de comunicação à transnacionalização da lógica do consumismo destas transformações. A marginalização do Estado-nacional, a perda da sua autonomia e da sua capacidade de regulação social tem sido considerada como principal consequência.

(...) a intensificação da interdependência transnacional e das interações globais, (...), faz com que as relações sociais pareçam hoje cada vez mais desterritorializadas, ultrapassando as fronteiras até agora policiadas pelos costumes, o nacionalismo, a língua, a ideologia e, muitas vezes, por tudo isso ao mesmo tempo.

Esta transição paradigmática da modernidade para a pós-modernidade nos apresenta um pós-modernismo inquietante ou de oposição, pois exhibe uma crise de regulação social e, também uma crise de emancipação social. Ainda, Boaventura de Sousa Santos (2013, p. 52) oferece uma outra possibilidade ao Pós-modernismo, que seria o pós-modernismo reconfortante ou de celebração, para os que pensam que o que está em crise final é a ideia moderna de que há promessas, objetivos trans-históricos a cumprir e, ainda a ideia de que o capitalismo pode ser um obstáculo à realização de algo que transcende.

Os fenômenos mais importantes são simultaneamente econômicos, políticos e culturais. Nas últimas duas décadas, surgiram poderosas frações de classes sem uma base nacional determinada, classes transnacionais. O capital está hoje, mais do que nunca, unido a nível mundial. As trocas de bens materiais e de bens simbólicos a nível mundial intensificaram-se muito nos últimos vinte anos devido a três fatores: a) a transnacionalização dos sistemas

produtivos (um dado produto final pode ser constituído por “n” partes produzidas em “n” países; b) a disseminação planetária de informações e imagens; c) a translocalização maciça de pessoas enquanto turistas, trabalhadores, migrantes ou refugiados. É o que Boaventura de Sousa Santos denomina de Desterritorialização e Reterritorialização. As movimentações urbanas estão ocorrendo de forma que novos territórios estão ficando mais populosos em detrimento de outros que estão ficando com populações menores.

Surgem, então, novos estágios de mobilidade social, os novos movimentos sociais dirigidos pela pretensão pós-materialista como os movimentos pela ecologia, o anti-nuclear e o pacifismo); e, ao simultaneamente, a descoberta realizada pelas diferenças existentes como as diferenças sexuais, raciais, etc. (SANTOS, p. 167)

“Sabemos hoje que as identidades culturais não são rígidas, nem muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processo de identificação. Identidades são, pois, identificações em curso.” (SANTOS, p. 167)

Tais identidades se encontram em constante transformações, em função das interferências interculturais sobrevindas das mobilidades sociais ocorridas que, acabam por modificando a forma de agir e pensar do homem em processo de aculturação.

CONCLUSÕES

O grande objetivo da convivência humana solidária e justa é a de buscar atingir objetivos que sejam comuns a maioria, respeitando a individualidade e liberdade dos membros integrantes dessa comunidade.

A Pós-modernidade surge como intensificador dos questionamentos do homem contemporâneo sobre seus objetivos e conquistas de garantias jurídicas que possam trazer segurança a sua sobrevivência enquanto cidadão global.

O Estado já não aparece mais como garantidor da segurança nacional e mantenedor nas necessidades mais prementes de seus cidadãos e percebe a imperatividade de participar de questões não somente de ordem nacional, mas de domínios globais.

A perspectiva para uma governança transnacional se pauta no desenvolvimento de programas que convençam atender de forma solidária e global, o bem-estar da população e o comprometimento com o esse bem-estar, criando alternativas para uma evolução compelida

à preservação das conquistas para a garantia de igualdade e liberdade dos indivíduos, para um futuro seguro e benéfico à população.

Esta percepção deve ocorrer em efeito global para que os governantes preocupem-se em dimensioná-la na sua administração e em comum acordo com administrações de outros Estados. Somente com a coesão de interesses para o bem-estar global, é que a sustentabilidade poderá tornar-se transnacional.

O desafio que a Globalização apresenta ao poder do Estado-nação faz com que se observe mais atentamente para a transformação da significação de soberania na atualidade, em detrimento do conceito de Estado Soberano Westfaliano, trazendo novas configurações para o direito e a política mundial.

A Soberania do Estado, com as mudanças estruturais e comportamentais dos povos em função dos avanços tecnológicos, da circulação de pessoas entre países e das consequências diretamente ligadas à Globalização, vem se enfraquecendo em função das pressões econômicas e políticas internacionais, que interferem nas tomadas de decisões dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, causando adequações que interferem diretamente nas questões relacionadas ao ambiente e ao desenvolvimento do Estado.

REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 145 p.

BERCOVICI, Gilberto. As possibilidades de uma Teoria do Estado. *In* LIMA, Martonio Mont'Alverne et ALBUQUERQUE, Paulo Antônio de Menezes. (organizadores). **Democracia, Direito e Política: estudos internacionais em homenagem a Friedrich Muller**. Florianópolis: Fundação Boiteux/Conceito Editorial, 2006.

CRUZ, Paulo Márcio. **Política, Poder, Ideologia e Estado Contemporâneo**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2003.

GARCIA, Marcos Leite. **As origens do Poder Constituinte na Revolução Francesa: dos Estados Gerais ao estabelecimento da Assembléia Nacional Constituinte em 1789**. *In*: Âmbito Jurídico. v. 10/08, p. 1-15, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **A Constelação Pós-Nacional - Ensaio Político**. Tradução de Marcio SELIGMANN-SILVA. São Paulo: Littera Mundi, 2001. 220 p.

HABERMAS, Jürgen. **Mas allá del Estado Nacional**. Trad. e introdução de Manuel Jiménez Redondo. 4.ed. Madrid: Trotta, 2008.

HOBBSBAWN, Eric. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. Trad. José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 182 p.

LYOTARD, Jean-François. **O Pós-Moderno**. Tradução de Ricardo Correia Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986. 123. p. (original de 1979)

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2013. 542 p. (1. Ed. 1994)

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 24. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015. 174 p.